

AS COMISSÕES DE MORADORES NO ACTUAL CONTEXTO POLITICO

Ao ascenso do movimento de massas, em especial após o 11 de Março, corresponde à organização dos trabalhadores em Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores, Comissões Sindicais e Conselhos de Aldeia e posteriormente à organização dos trabalhadores fardados em Comissões de Soldados e Marinheiros Revolucionários.

Este ascenso traduz-se na criação de órgãos dum poder popular nascente que se opõe ao poder em decadência da burguesia.

Estes órgãos de poder popular, na medida em que são verdadeiramente representativos de quem os elegu, são a realização prática da democracia directa, que é precisamente o oposto da democracia parlamentar. Enquanto que na primeira as pessoas eleitas são conhecidas dos eleitores, podem ser controladas e revogadas em cada momento, levando assim á prática aquilo que for decidido por todos; a democracia parlamentar manda que se vote de tempos a tempos em pessoas que ninguém conhece e que daí em diante passam a decidir em nome dos eleitores sem os consultar.

Estes órgãos, em alguns pontos do País, representam de facto os interesses e a vontade dos trabalhadores e vão ganhando força rapidamente (como no Alentejo, Almada, Lisboa, Porto, Setúbal).

No entanto, Nem em todos os sítios elas assumem o seu papel político. Muitas vezes o seu trabalho, reduziu-se a questões reivindicativas medíocres (Ocupações de casas, arruamentos, saneamento, fiscalização de preços/), não foram mais longe do que isso não conseguindo consciencializar e dinamizar as pessoas na perspectiva da tomada do poder pelos trabalhadores, que são quem produz todos os bens.

O período até 25 de Novembro, caracteriza-se por uma desagregação do aparelho de estado burguês e capitalista. A Burguesia não conseguia governar nem assegurar a continuidade da economia capitalista, perante a força das lutas dos trabalhadores por reivindicações que são impossíveis de satisfazer no quadro da economia capitalista, e por não possuir um exército disposto a reprimir os trabalhadores.

Assim, obrigada por estas lutas a burguesia vai ceder nalguns pontos, compreendendo-se por isso que se tenha permitido alguns passos na reforma agrária, que se tenha instalado nalgumas fábricas o controle operário, que se tenham feito nacionalizações e se tenham permitido ocupações de casas.

Por outro lado, vendo que essas lutas fazem perigar seu domínio, a burguesia começa a organizar-se a todos os níveis, quer no reforço da direita no seio do exército, quer pelos ataques bombistas a sedes de partidos e sindicatos, a elementos de esquerda, incêndio de matas, acções do FLP e do MDLP, e enfim o levantar de cabeça dos partidos da direita legalizados.

Paralelamente há uma resposta nos quartéis, por parte dos soldados contra os saneamentos à esquerda, e a hierarquia militarista, que se traduz no aparecimento dos SUV e pela criação das Comissões de Soldados e Marinheiros. Estas organizações de soldados vão dar novo impulso à luta dos trabalhadores, confirmando decisivamente para que estes não se deixem abater pelas investidas da direita, como a criação do AN e os ataques à informação ao serviço dos trabalhadores, como a destruição da bomba da Rádio Renascença.

Este ascenso do movimento de massas em a culminar com grandes lutas, como a luta dos metalúrgicos e dos trabalhadores da Construção Civil, as quais contam com o apoio activo dos soldados e marinheiros revolucionários, unidos na mesma luta contra a exploração capitalista nas fábricas, nos campos e nos quartéis.

Aproveitando-se da justa luta dos paraquedistas, a burguesia, apoiada pela direita militar, tenta, com o 25 de Novembro, recuperar o poder a todos os níveis, de modo a poder reprimir eficazmente as lutas e o poder nascente dos trabalhadores.

Mas verificamos em 25 de Novembro, que as organizações da classe operária não se encontram ainda amadurecidas, coordenadas em Assembleias Populares Locais, centralizadas a nível nacional, e agrupando largos sectores das massas trabalhadoras. Constatamos que ente a vanguarda operária da cintura industrial de Lisboa incluindo as zonas rurais do Alentejo e os largos sectores dos trabalhadores, existe um fosso profundo a nível da combatividade e da consciencialização.

As Comissões de Moradores, embora muitas vezes situadas em bairros operários outras vezes situam-se em zonas que contêm extractos de população não operária. Por isso a sua luta só terá significado quando ligada intimamente à luta das Comissões de Trabalhadores, estas sim, são verdadeiramente órgãos representativos da classe explorada. Deste modo a condução da luta contra a burguesia passa essencialmente pelas Comissões de Trabalhadores.

Contudo, as Comissões de Moradores, como órgãos de poder popular, são inimigos dos capitalistas, que precisamente por isso as atacam tão ferozmente, como se verificou há dias no ataque à bomba no SAAL-NORTE.

Entretanto, a Burguesia, não conseguindo destruir as Comissões de Moradores, tenta integra-las nas Juntas de Freguesia, nas Câmaras, no aparelho de Estado burguês, tentando neutralizar a sua combatividade exigindo mesmo a sua legalização como se a legalidade das Comissões se adquiri-se nos Notários e não no apoio directo dos moradores, trabalhadores e na democracia directa. Os Capitalistas criam decretos-lei que proíbem e reprimem as ocupações, e que salvaguardam apenas os interesses dos senhorios e dos exploradores, tentando sobretudo, impor as suas soluções à crise económica. Surge assim um conjunto de medidas de "austeridade", que atingem apenas os trabalhadores, que restringem as suas conquistas e liberdades democráticas alcançadas: aumento de custo de vida, o desemprego, a suspensão dos contratos colectivos de trabalho controlo de imprensa e da rádio, o reforço da GNR/PSP e a repressão sobre os piquetes de greve (como por exemplo sobre os livreiros do Porto), a proibição da ocupação de casas, são apenas exemplos das provocações lançadas aos trabalhadores.

Os capitalistas tentam de igual modo reprimir os trabalhadores fardados, criar um exército profissional, tentando impor a ordem e disciplina militarista, sancionando e prendendo militares revolucionários que em dada altura do processo passaram a dar o seu apoio à luta dos trabalhadores. Assim com um aparelho de repressão operacional a burguesia poderá atacar abertamente os direitos mais elementares da classe operária.

Embora a burguesia tenha derrotado a esquerda militar e desagregado a organização dos soldados, ela não conseguiu destruir as restantes estruturas de auto-organização dos trabalhadores: Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores, Comissões Sindicais e Conselhos de Aldeia.

Cabe-nos, portanto, reforçar estes órgãos de poder popular, chamar os largos sectores de trabalhadores a participar nestes organismos, estender, generaliza-los, centraliza-los nacionalmente, pois a luta dos trabalhadores explorados e oprimidos é a luta contra o capital, é a luta contra a exploração do homem pelo homem. É no terreno da luta directa das massas, nas empresas, nas ruas, nos bairros nos quarteis e nos campos - e não na colaboração de gabinete com os capitalistas e os seus políticos que é possível uma derrota à reacção capitalista.

Na nossa zona devemos coordenar as nossas lutas com as lutas das Comissões de trabalhadores das empresas e cooperativas de produção, com as Comissões de Soldados, formar comités de vigilância de preços como medida contra a vida cara, lutar contra o congelamento dos contratos colectivos de trabalho pelo aumento de salários e pelo melhoramento das condições de vida e de trabalho, nomeadamente pela habitação condigna.

LUTEMOS contra as leis em vigor que visam impor a repressão ao movimento de ocupação de casas, pela redução das rendas, pela expulsão dos sub-alugas.

LIGUEMOS a nossa luta à luta pelo pleno emprego na Construção Civil, mostrando que os moradores em luta estão ao lado dos trabalhadores da Construção Civil

LUTEMOS ao lado dos camponeses pela reforma agrária apoiando e criando postos de venda directa aos trabalhadores da cidade dos produtos das Cooperativas Agrícolas e dos pequenos Agricultores.

LUTEMOS pela unificação das organizações da classe operária e pela democracia operária dentro das estruturas autónomas dos trabalhadores, pela independência da classe face às estruturas do Estado Burgúês.

COMISSÃO DE MORADORES DA SE NOVA (ZONA DA ALTA)

Coimbra, 30 de Janeiro de 1976